



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 09/05/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar fora do município, será substituído, nesta reunião, pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **ORDEM DO DIA**

- 1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2015**
- 3. REQ. N. 595/15, DATADO DE 29/04/2015 – PC N.º 78/15, DATADO DE 19/03/2015 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**
- 4. REQ. N. 427/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 93/15, DATADO DE 30/03/2015 – FOZMOLDES, LDA.**
- 5. REQ. N. 1665/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 277/14, DATADO DE 31/07/2014 – CLARINDA ROSA PEREIRA FERREIRA RODRIGUES**

6. REQ. N. 558/15, DATADO DE 23/04/2015 – PC N.º 239/11, DATADO DE 01/07/2011 – FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS
7. REQ. N. 1504/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/12/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA
8. REQ. N. 428/13, DATADO DE 21/02/2013 – PC N.º 370/05, DATADO DE 25/05/2005 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA
9. REQ. N. 565/15, DATADO DE 24/04/2015 – PC N.º 438/07, DATADO DE 03/07/2007 – VITOR MANUEL MARQUES
10. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
11. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
12. REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO – RECONSTRUÇÃO DE MURO PROPRIEDADE DE MARIA CELESTE SOUSA CARDEIRA DUARTE
13. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: RUI JORGE MONTEIRO FIDALGO GERMANO – BURACO NO PAVIMENTO DA RUA DA PANIFICADORA, FRENTE AO N.º 13 – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
15. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 JANEIRO A 30 DE ABRIL DE 2015
16. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JUNHO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
17. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO COMBOIO DE LATA
18. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR, BEM COMO DOS SEUS RENDIMENTOS

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

19. REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015  
– SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA

20. REFORMULAÇÃO DOS PONTOS 2.3 E 2.4 DA DELIBERAÇÃO N.º 253 DE 16-04-2015 -  
VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

21. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Não se verificou nenhuma inscrição.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que ia começar a sua intervenção com um elogio, pois ao longo de 14 meses foi levantando o caso do lancil do Largo Ilídio de Carvalho, e verifica que finalmente foi resolvido. Elogiou e leu a carta de um munícipe, que para além de realçar a resolução deste problema fala do caso das paredes descascadas do edifício da Resinagem e de um tubo de aço que não está lá, pelo que deixa aqui o alerta.
- ⇒ Deu conta de uma outra carta de um munícipe que questiona o porquê de não haver plataforma wireless nos parques da cidade e na Praça Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel, e provavelmente também em Vieira de Leiria.
- ⇒ Apresentou alguns reparos feitos por um munícipe e outros por si próprio:
  - a) As luzes na Portela e em parte da Rua Camilo Castelo Branco não estão acesas;
  - b) Há um terreno na Rua da Várzea que precisa de ser limpo, pois tem muita bicharada;

- c) Está há muitos anos um carro abandonado no parque de estacionamento junto à BP;
  - d) Qual a razão de não ter sido terminado o parque de caravanas junto ao Rio Lis, na Praia da Vieira?
  - e) A Travessa Actor Álvaro, em Vieira de Leiria, tem um sinal de rua sem saída, mas tem saída;
  - f) Insistiu na resolução da questão relativa à rampa de acesso à praia, em S. Pedro de Moel, bem como no arranjo do jardim, que continua com ervas muito grandes;
  - g) Manifestou a sua alegria por ver o Ribeiro de S. Pedro limpo e deu os parabéns à Câmara. Questionou porque é que na altura do vendaval foi dito que a Câmara não podia lá mexer e agora já pode.
  - h) Voltou a insistir na sinalética do corte para a Rua do Sol, em S. Pedro de Moel, porque o sinal está lá só que não se vê.
- ⇒ Mercado Municipal – pensa que deve ser feito com uma perspetiva inovadora, aberto todos os dias, devendo atrair todos, até as pessoas de fora. Deve ser polivalente, com venda de produtos mas também com zona para tapas e bebidas, tornando-o um local de compras e de convívio. Há poder de compra no concelho, por isso há que cativar as pessoas. Deu como exemplo a Praça da Ribeira, em Lisboa, e a Praça de Campo de Ourique. Esta é a forma de pensar o futuro, fazendo com que o investimento se pague a si próprio. O seu voto favorável ao mercado irá neste sentido.

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Atendendo a que os representantes dos moradores da Rua do Brejo do Olho, em Picassinos, não se inscreveram para intervir na reunião, e que de acordo com o Regimento não lhes foi permitido fazê-lo, a Sr.ª Vereadora foi porta-voz das suas preocupações, expressas num abaixo-assinado com 186 assinaturas, que foi entregue, e onde pedem a resolução do problema do excesso de velocidade na Estrada Maceira-Picassinos, com a execução de lombas limitadoras, porque tem havido muitos acidentes no local dado que a visibilidade para quem sai daquela rua é pouca.
- ⇒ No dia 22 de setembro celebra-se o Dia Europeu sem Carros, pelo que questionou se a Câmara vai aderir.
- ⇒ Levantou uma vez mais a questão dos cães vadios.
- ⇒ Deu os parabéns à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e a todos os Agrupamentos de Escolas pela Semana da Educação, que foi um sucesso entre as crianças.
- ⇒ Relativamente às festas da cidade, perguntou se todas as coletividades que pediram para participar foram contempladas com uma tendinha, e em caso contrário qual foi o critério de seleção.

- ⇒ Perguntou, em relação à ERSAR, e face à nova regulamentação, como é que a Câmara tenciona comunicar estas novas medidas à população.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Deu os parabéns às atletas Juliana Domingues e Ana Jorge, convocadas para a seleção de futebol feminino, nas categorias de sub-16 e sub-17 respetivamente. São duas atletas dos “Vidreiros”, e é bom ver que já começam a aparecer os resultados do investimento da Câmara na infraestrutura daquela instituição.
- ⇒ Festas da cidade – informou que em pouco mais de 24 horas o cartaz colocado no facebook teve 32.832 visitas, o que mostra o interesse que despertam nas pessoas. De seguida deu nota pormenorizada do programa dos festejos, que decorrerão nos dias 5, 6 e 7 de junho, referindo que nem tudo foi comprado, pois há muitas iniciativas locais, como é o caso da Zumba at Night e da comemoração, no sábado, do Dia Mundial da Criança.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Semana da Educação – terminou domingo, ainda não se sentou à mesa com todos os intervenientes, mas sabe que correu muito bem. Mais de 700 crianças passaram pela Marinha Grande, com 100 jovens das cidades geminadas. Foi uma grande mais-valia a envolvimento de todos nas atividades, assim como a participação nas conferências, que foram muito interessantes. Deixou um agradecimento a todos os parceiros envolvidos e aos técnicos da DCD, pois tratou-se de uma organização que deu muito trabalho mas cujo resultado final foi muito gratificante e um grande sucesso.
- ⇒ Festas da cidade – este ano vão integrar o Dia da Criança, com insufláveis e um torneio de futebol no campo do ACM, que darão um grande colorido às festas, cujo cartaz é muito bom e atrativo, e grátis.
- ⇒ Serviço wireless – não sabia, mas com certeza que se trata de alguma avaria, pois o serviço não deve ter sido retirado.
- ⇒ Mercado – também concorda com o Sr. Vereador António Santos na visão moderna do que é o mercado hoje em dia. O nosso concelho tem vitalidade, conforme demonstra o facto de o Continente da Marinha Grande ser a média superfície do país que mais vendeu.
- ⇒ Terminou a intervenção agradecendo o elogio da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes pela Semana da Educação. O **Sr. Vereador António Santos** também lhe deu os parabéns.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Congratulou-se com a Semana da Educação, que sempre defendeu, salientando que a cada ano haverá sempre alguma coisa a melhorar.
- ⇒ Festas da cidade – só faz sentido continuar o sucesso do ano passado.
- ⇒ Felicitou o marinhense Hugo Gaspar, que revalidou o título de campeão nacional de voleibol pelo Benfica. É um excelente exemplo dum jovem que concilia a atividade desportiva com os estudos, fazendo uma carreira desportiva de elevado nível nacional e internacional simultaneamente com o curso de medicina.
- ⇒ Sobre o Conselho Municipal de Educação, disse que vai remeter por e-mail um requerimento, com o seguinte teor:

“O recente Decreto-Lei n.º 72/2015 traz alterações aos conselhos municipais de educação e aprovou o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais nesta matéria.

Das principais alterações salienta-se o facto de caber ao conselho a apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o Plano Estratégico Educativo Municipal; a participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal. Introduce a participação:

- a) do delegado regional de educação da direção de serviços da região cuja área territorial corresponda à do município, integrada na direção geral dos estabelecimentos escolares, ou a quem o diretor-geral dos estabelecimentos escolares designar em sua substituição;
- b) dos diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município, aspecto que, aliás corrobora a tese que temos vindo a defender ao longo deste mandato quanto à participação dos diretores neste órgão. Na nossa perspectiva peca por ainda não considerar os diretores das escolas profissionais que também disponibilizam ofertas formativas para os respectivos concelhos.

Passa a caber a este conselho deliberar sobre constituição de uma comissão permanente com a função de acompanhamento e articulação entre o município e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial.

O diploma prevê ainda a possibilidade de os contratos interadministrativos de delegação de competências na área da educação celebrados ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, poderem, mediante solicitação do respetivo município, atribuir carácter vinculativo aos pareceres do conselho municipal de educação relativamente ao exercício pelo município das competências delegadas através daquele contrato.

Face a estas alterações, questiono:

- a) Quando prevê o Município proceder à alteração do regimento municipal de educação em funções destas alterações?

- b) Como está o município a preparar o plano estratégico municipal e como pensa articular os projectos educativos deste território?
- c) Pensa criar uma comissão permanente para articulação das estruturas educativas (agrupamentos/escolas) e o Município?
- d) O Conselho Municipal de Educação já se pronunciou sobre a possibilidade de celebração do contrato interadministrativos de delegação de competências na área da educação com o Ministério da Educação e Ciência? Ou o Município não irá levar o assunto ao Conselho tomando como certa a posição assumida pela vereadora do pelouro na reunião de 2 de Abril de 2015, no período antes da ordem do dia, que disse “que a CMMG não vai aceitar o processo de transferência de competências”?”

**Na sequência deste requerimento, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho referiu o seguinte:**

- ⇒ O Decreto-Lei entrou em vigor ontem e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira já teve tempo de o ler e fazer questões. O Sr. Vereador vem para aqui fazer *show-off*, ao pôr questões de um diploma que entrou em vigor ontem e que já teve tempo de analisar. Na segunda-feira estiveram a ler o diploma no Conselho Municipal de Educação. Cada um tem a sua opinião e têm intenção de reunir para falar sobre o diploma, apesar de na Marinha Grande já se estar à frente do que este preconiza, pois os diretores dos agrupamentos já têm assento no nosso Conselho Municipal de Educação, assim como o director da EPAMG. O diploma será analisado e implementado em devido tempo. Disse ainda que fica espantada com a capacidade de análise do Sr. Vereador Aurélio para o que lhe interessa, e a não capacidade para o que não lhe interessa.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:**

- ⇒ Mercado – também está de acordo com um mercado moderno e com todas as valências que foram referidas, mas entende que se deve ter os pés bem assentes na terra e tomar a decisão de acordo com estudos de mercado e consubstanciá-lo em face das realidades do concelho e da capacidade de investimento dos empresários. Pediu ao Sr. Vereador António Santos que não condicione o seu apoio a um projeto que possa não ser viável.
- ⇒ Festas da cidade – em resposta à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João, informou que foram convidadas todas as associações e que se registaram todas as intenções de participação, umas na área da gastronomia e outras em diferentes áreas. Não houve necessidade de fazer qualquer seleção, porque há mais de 30 espaços e foram todos distribuídos.



**O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:**

- ⇒ Largo Ilídio de Carvalho – agradeceu os elogios, referindo que vêm no seguimento do trabalho desenvolvido, que não é mais do que o cumprir da sua obrigação.
- ⇒ Resinagem – as patologias do edifício foram elencadas na reunião com a empresa. O tubo foi retirado e está guardado, para não ser roubado, os lancis estão a ser reparados e os problemas detetados estão a ser corrigidos.
- ⇒ Iluminação – é uma situação que desconhecia mas que vai ver e providenciar.
- ⇒ Parque de caravanas e estuarino – são terrenos da APA e da Câmara. Foi celebrado um protocolo entre as duas entidades, o dono da obra é a APA e os fundos nacionais são 50% da APA e 50% da Câmara. A empresa que estava a fazer a obra foi à falência, a Câmara reformulou o projeto elétrico e lançou o concurso. Importa em mais de 370 mil euros, foi aberto concurso público, houve um concorrente que reclamou, o tribunal deu provimento à providência cautelar que apresentaram e o assunto ainda não está resolvido. Não é verdade que esteja ao abandono. Referiu ainda que o espaço não é um parque de caravanas mas sim uma estação de passagem para as autocaravanas, uma vez que não tem condições para o campismo e porque o parque de campismo fica mais abaixo.
- ⇒ Travessa Actor Álvaro – esta travessa tem realmente saída, mas a colocação do sinal de rua sem saída tem como objetivo impedir que os veículos se aventurem a passar por lá, ficando a passagem só para os moradores. Está em negociações para fazer uma ligação por outro lado, e há efetivamente a contingência de estar lá uma casa, que até pertence à Câmara.
- ⇒ Parque do ribeiro, em S. Pedro – está a ser cuidado, o lavadouro está a ser pintado e durante esta semana será terminado.
- ⇒ Rampa junto às piscinas – tomou nota da chamada de atenção.
- ⇒ Mercado – disse que estranha a observação do Sr. Vereador António Santos e que não vira como o vento. O projeto foi encomendado exteriormente e não se muda de opinião, porque aquilo que é ideal nem sempre é exequível. Já há projeto, que virá a reunião de Câmara e que terá as alterações que se pretender, mas têm que se assentar ideias. Contudo, agora, o assunto não está em discussão.
- ⇒ Abaixo-assinado – vai dar entrada na Câmara, será despachado e analisado pelos serviços. No entanto chamou a atenção para o facto de há uns anos terem sido colocadas passadeiras elevadas e terem causado alguns problemas, designadamente o barulho que provocavam e que incomodava os moradores próximos.
- ⇒ Cães – a Câmara está a acompanhar a situação em colaboração com a APAMG, contudo é uma área aberta e difícil. O assunto tem sido discutido no executivo permanente e está a ser visto se há empresas no mercado que prestem estes serviços. Foi também pedida ajuda à Direção Geral de Veterinária, que ainda não respondeu.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Wireless – o serviço existe, pelo que deve ter havido qualquer problema temporário.
- ⇒ Terreno na Várzea – trata-se de um terreno particular, mas vai-se ver o que pode ser feito.
- ⇒ S. Pedro de Moel – já se interveio no jardim, a parte elétrica vai ser vista e a relva vai ser cortada.  
O **Sr. Vereador Paulo Vicente** acrescentou que a Câmara está com muitas dificuldades com o pessoal, designadamente para preparar a abertura da época balnear, na regularização dos areais.  
O **Sr. Presidente** disse que este lamento é justificável, uma vez que não é permitido contratar e os trabalhadores que a Câmara tem estão velhos, doentes e muitos deles em situação de reforma.  
Prosseguiu, informando que a vedação do Bambi está a ser feita, está-se a intervir na Casa Afonso Lopes Vieira e depois seguir-se-á o Centro Azul. A obra da Casa Afonso Lopes Vieira não ficará pronta antes da época balnear, mas está assegurada a participação das crianças nas colónias de férias.
- ⇒ Vieira de Leiria – tal como o Sr. Vereador já referiu, mais uma vez a Câmara se fez substituir ao poder central, uma vez que a parte elétrica da obra vai ser toda por conta da autarquia.
- ⇒ Matas – o ICNF colaborou, a Junta de Freguesia limpou e a Câmara também. O Tremelgo foi limpo pelo ICNF, faltando reparar a estrada, que está intransitável. Está-se a tentar fazer um protocolo com o ICNF e a Câmara de Leiria para reparar a Estrada da Formosa, e se correr bem vai-se tentar fazer o mesmo para a Estrada do Tremelgo.
- ⇒ Mercado – também gostava muito de ter um mercado como em Lisboa, mas sabe bem quais são os hábitos dos marinhenses e dos sucessos e insucessos dos negócios na nossa terra.
- ⇒ Cães – são uma preocupação, que o executivo está a tentar resolver.
- ⇒ ERSAR – no próximo sábado vai participar em reuniões sobre o assunto e não irá vergar, e pode já informar que a Câmara participará em tudo o que for necessário para fazer ouvir a sua voz.
- ⇒ Semana da Educação – foi um sucesso, reflete o que é a educação na Marinha Grande e é para manter.
- ⇒ Interrupção do trânsito – a Câmara, em conjunto com a VALORLIS, vai fazer uma intervenção na Estrada que liga Albergaria a Picassinos, que ficará vedada ao trânsito durante cerca de 4 meses, para construir um emissário de saneamento, essencial para a zona. A obra começa segunda-feira, foram criadas alternativas de circulação, que não são as ideais mas as possíveis.
- ⇒ Quinta-feira da Ascensão – informou que neste momento o relacionamento da Câmara com o ICNF é ótimo, as entidades locais e distritais estão a colaborar bem, pelo que deseja que todos os marinhenses acorram amanhã às matas, para festejar o dia da cidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** lembrou que o trânsito na Rua da Panificadora também está condicionado, devido às obras de requalificação da via.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que a Câmara, em colaboração com a TUMG, vai fazer transportes especiais, até às 2 horas da manhã, entre o local das festas da cidade e o Estádio Municipal, para que as pessoas deixem aí os carros, não congestionando o centro.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** quis deixar expresso o agradecimento pelo empenho dos técnicos da DCD, que se desdobraram para assegurar a Semana da Educação, assim como a todos os restantes serviços envolvidos no evento.

**O Sr. Presidente referiu o seguinte:**

- ⇒ Realçou a conferência proferida pelo Professor Carlos Fiolhais, que foi muito motivadora para os jovens.
- ⇒ Informou que no próximo domingo se vai realizar na Marinha Grande uma grande ação católica, o Encontro das Famílias. A Câmara vai receber, no Salão Nobre, às 10:30 horas, o Sr. Bispo de Leiria, pelo que o Sr. Presidente convidou todos os membros do executivo a participar nesta receção. Às 16:30 horas realizar-se-á uma missa campal, no Parque da Cerca. A escolha da Marinha Grande demonstra a capacidade da cidade para receber grandes eventos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:50 horas às 11:05 horas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** não regressou à reunião após o intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2015**

320 - Presente a ata n.º 10, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de abril de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, por não ter estado presente na reunião.**

**3 - REQ. N. 595/15, DATADO DE 29/04/2015 – PC N.º 78/15, DATADO DE 19/03/2015 – MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**

321 - Presente requerimento n.º 595/15, datado de 2015/04/29, constante do processo camarário n.º 78/15, subscrito por **MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**, com o NIF n.º 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19.891-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/05/05, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar, garagem e muros de vedação”*, incidente sobre prédio urbano sito na Travessa do Valverde, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.750, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 19.891-P, com o número de processo 78/15, com data de entrada em 2015/03/19, apresentado por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, residente na Rua da Base Aérea, n.º 5, Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Travessa do Valverde, com a largura mínima de 1,60m e alinhamento definido por forma a garantir o afastamento de 3,25m ao eixo da referida Travessa.**

**Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

**3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 427/15, DATADO DE 30/03/2015 – PC N.º 93/15, DATADO DE 30/03/2015 – FOZMOLDES, LDA.**

322 - Presente pedido com o registo n.º 427/15, datado de 30/03/2015 relativo a **licenciamento de edifício industrial**, a construir no terreno sito na Rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 802 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 825, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/15, com data de entrada de 30/03/2015, apresentado por **FOZMOLDES, LDA.**, com o NIPC 503 833 703, com sede na Rua das Cavadinhas, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 29/04/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura e os projetos de especialidade devidamente elaborados e instruídos, cumprindo as normas legais e regulamentares aplicáveis, estando o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de edifício industrial, a construir no terreno sito na rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 802 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 825, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/15, com data de entrada de 30/03/2015, apresentado por **FOZMOLDES, LDA.**, com o NIPC 503 833 703, com sede na Rua das Cavadinhas, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Delibera, igualmente, informar que:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,**

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 - Nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Sistema de Indústria Responsável, (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, deve ser dado prévio e integral cumprimento aos procedimentos aplicáveis nos termos do RJUE, só podendo ser apresentada a mera comunicação prévia com prazo, para efeitos de licenciamento industrial, após a emissão pela câmara municipal do título destinado à utilização do prédio ou fração onde pretende instalar-se o estabelecimento ou verificado o respetivo deferimento tácito.

5 - A emissão do alvará de licença de construção ficará condicionada à prestação da compensação por não cedência de espaços verdes e de equipamento, com a área total de 355,97 m², por se verificar que o edifício proposto se integra no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, estabelecidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do RMEUMMG, ao apresentar uma área bruta de construção superior a 1.000 m², encontrando-se abrangido pela obrigatoriedade de proceder às cedências e compensações previstas para operações de loteamento, nos termos do n.º 5 do artigo 44.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1665/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 277/14, DATADO DE 31/07/2014 – CLARINDA ROSA PEREIRA FERREIRA RODRIGUES**

323 - Presentes requerimentos com registo de entrada n.º 1159/14 e n.º 1665/14, datados de 2014/07/31 e de 2014/10/31, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 277/14, a solicitar o **licenciamento de obra de construção de um anexo destinado a garagem e arrumos**, no prédio sito na Rua Principal à Pedrulheira, n.º 45, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.251 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.442, apresentado por **CLARINDA ROSA PEREIRA FERREIRA RODRIGUES**, com o NIF 192482637, residente na Rua Principal à Pedrulheira, n.º 45, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/03/30, que preconiza um afastamento de 8,00m da edificação ao eixo da via de modo a possibilitar a requalificação futura da rua e dar cumprimento ao disposto no artigo 58.º do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.

Após análise dos requerimentos com registo de entrada n.º 1159/14 e n.º 1665/14, datados de 2014/07/31 e de 2014/10/31, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 277/14, a solicitar o licenciamento de obra de construção de um anexo com garagem e arrumos, no prédio sito na Rua Principal à Pedrulheira, n.º 45, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.251 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.442, apresentado por CLARINDA ROSA PEREIRA FERREIRA RODRIGUES, com o NIF 192482637, residente na Rua Principal à Pedrulheira, n.º 45, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2015/03/30, a Câmara Municipal delibera notificar a requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por a construção projetada não assegurar o afastamento de 8 m ao eixo do arruamento, nos termos do disposto no disposto no n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, que aprovou o Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 558/15, DATADO DE 23/04/2015 – PC N.º 239/11, DATADO DE 01/07/2011 – FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS**

324 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 558/15 de 23/04/2015, apresentado por FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS, com o NIF 182179540, com morada em Rua de Leiria, 65, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 239/11, em nome do requerente, tituladas pelo alvará de obras de alteração n.º 83/13, emitido em 28/08/2013.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 06/05/2015, onde se dá conta do incumprimento ao nível da execução dos arranjos exteriores face à planta de implantação constante do projeto aprovado

Presente parecer técnico datado 08/05/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010,

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de FERNANDO PEDROSA MARTINS JESUS, com o NIF 182179540, com morada em Rua de Leiria, 65, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1504/14, DATADO DE 09/10/2014 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/12/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA

325 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício habitacional e comercial*”, a que foi atribuído o número de processo 859/04, a erigir em prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.769 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA**, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/01/19.

Presente informação técnica datada de 2015/04/21, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante RJUE.



A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/04/21, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, solicitou, em 2004/12/07, o licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e comercial*”, a que foi atribuído o número de processo 859/04, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11.466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.769 da freguesia e concelho de Marinha Grande;
2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em reunião de 2014/01/19, comunicado através do ofício n.º 22/14, de 2014/01/10, rececionado em 2014/01/14;
3. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação, o interessado tinha o prazo de seis meses para apresentar os projetos das especialidades, ou seja, até 2014/07/15 (n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE);
4. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais três meses, por despacho do Sr. Presidente datado de 2014/06/16, nos termos do n.º 5 do artigo 20.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 660/14, de 2014/06/18, rececionado em 2014/06/23, ou seja, até 2014/10/15;
5. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 4, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/04/15 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;
6. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar, o requerente, RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA, com o NIF 105948160, residente na Urbanização Quinta do Promotor, n.º 7, Cozelhas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 2014/01/19 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 859/04, para a “*Construção de edifício habitacional e comercial*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 428/13, DATADO DE 21/02/2013 – PC N.º 370/05, DATADO DE 25/05/2005  
– PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**

326 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços*", a que foi atribuído o número de processo 370/05, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14749 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3099, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2015/04/28.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/04/28, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF n.º 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços*", a que foi atribuído o número de processo 370/05, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14749 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3099, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2013/03/07, comunicada através do ofício n.º 242/13, de 2013/03/11, rececionado em 2013/03/12;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2014/03/13 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, terminando em 2015/03/13 o prazo para a requerente solicitar o respetivo alvará;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2013/03/07, referente à obra de "*Alteração e ampliação de um edifício de comércio e serviços*", a que foi atribuído o número de processo 370/05, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de Leiria – EN 242, lugar de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14749 e inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3099, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, com residência na Rua da Indústria, n.º 7, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 565/15, DATADO DE 24/04/2015 – PC N.º 438/07, DATADO DE 03/07/2007 – VITOR MANUEL MARQUES**

327 - Presente requerimento n.º 565/15, datado de 2015/04/24, constante do processo camarário n.º 438/07, subscrito por VITOR MANUEL MARQUES, com o NIF 206637594, com residência na Rua Aquilino Ribeiro, n.º 18, moradia 10, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito na Travessa Joaquim Marques Nobre, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 148 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 9.209, titulado pelo alvará de obras de construção n.º 68/11, de 2011/07/29, com termo em 2015/05/27, a solicitar o cancelamento de caução prestada mediante depósito na Tesouraria desta Câmara Municipal (Guia n.º 1/438/8826, de 2011/06/30), no valor de € 5.739,95 (cinco mil setecentos e trinta e nove euros e noventa e cinco centavos), como garante da boa e regular execução, por parte do particular, dos trabalhos de *“execução da extensão de infraestrutura da rede de abastecimento de água”*, aprovados por deliberação camarária datada de 10 de fevereiro de 2011, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pela ausência de infraestruturas de rede de abastecimento de água.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/05/05, a propor o deferimento da pretensão e a restituição da respetiva caução, pelo facto daquela zona já se encontrar servida pela respetiva rede, desde agosto de 2012, conforme se encontra referido na informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 2015/02/17.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera DEFERIR e MANDAR LIBERTAR A CAUÇÃO prestada mediante depósito efetuado na Tesouraria desta Câmara Municipal (Guia n.º 1/438/8826, de 2011/06/30), no valor de € 5.739,95 (cinco mil setecentos e trinta e nove euros e noventa e cinco**

cêntimos), para garante da boa e regular execução dos trabalhos de *“execução da extensão de infraestrutura da rede de abastecimento de água”*, aprovados por deliberação camarária datada de 10 de fevereiro de 2011, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em virtude da zona em causa, onde se levou a efeito a edificação licenciada, já se encontrar servida pela respetiva rede, desde agosto de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **10 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

328 - O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do evento Set by Step no dia 16 de maio de 2015;

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa anual 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento

A Associação Amigos do Comboio de Lata, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do evento “Marinha a tempo e horas”;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para comemoração da quinta-feira da Ascensão.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído realização de convívio popular com os paroquianos nos dias 15 e 17 de maio de 2015;

Presentes informações nºs 25/AF, 26/AF, 27/AF, 28/AF e 29/AF de 06 de maio de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, a Associação Amigos do Comboio de Lata, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **11 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

329 - Presente o requerimento com o registo de entrada 2651/2015 em nome de Maria Odete Clemente Fortes, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2177 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 2/AF de 7 de abril de 2015, onde se confirma o que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Odete Clemente Fortes, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua n.º 2177 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais.**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 11389/2 de 6 de maio de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Maria Odete Clemente Fortes, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 2177, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO – RECONSTRUÇÃO DE MURO PROPRIEDADE DE MARIA CELESTE SOUSA CARDEIRA DUARTE**

330 - Através de deliberação de dois de abril de dois mil e quinze foi aprovada a autorização para reconstrução do muro, na propriedade de Maria Celeste Sousa Cardeira, contribuinte nº. 127 211 659, para “Requalificação da rua 10 de Junho”.

Porém, na identificação da proprietária, por lapso dos serviços foi referido tratar-se de Maria Celeste Sousa Cardeira, omitindo-se o sobrenome “Duarte” no apelido.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 174.º, do Código do Procedimento Administrativo, retificar a deliberação camarária, de 02 de abril de 2015, nos seguintes termos:**

**onde se lê:**

***“... Maria Celeste Sousa Cardeira ...”***

**deve ler-se:**

***“... Maria Celeste Sousa Cardeira Duarte ...”.***

**Mais delibera emitir certidão retificativa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: RUI JORGE MONTEIRO FIDALGO GERMANO – BURACO NO PAVIMENTO DA RUA DA PANIFICADORA, FRENTE AO N.º 13 – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

331 - Presente requerimento recebido em 21-01-2015 nesta Câmara Municipal, de Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano, titular do NIF 207948372, residente na Rua Granja de San Ildefonso, n.º 71 – 1.º Esq.º. Trás, Embra, Marinha Grande, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos causados num pneu da viatura automóvel que conduzia no passado dia 19 de janeiro, na Rua da Panificadora, sentido Oeste/Este, causados por um buraco no pavimento, no valor total de 249,08€, com IVA incluído, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 24-02-2015.

Presente Informação n.º I/544/2015-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/544/2015 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 249,08€ (duzentos e quarenta e nove euros e oito cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

332 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excepcionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,



alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

E atendendo a que,

A globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de

verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 JANEIRO A 30 DE ABRIL DE 2015**

333 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 30-10-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
  2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2015;
  3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2015;
  4. À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
  5. À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação de regulamentos municipais e contanto que o valor não exceda o montante de cinco mil euros;
- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.
- E. O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2015.

Considerando que, na sessão ordinária de 24-11-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, nos termos do artº 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho e do artigo 24º do RJAL, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano económico de 2015.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/15/2015 de 06-05-2015 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de janeiro a 30 de abril de 2015, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal, nos termos da deliberação de 24-11-2014 da Assembleia Municipal da Marinha Grande.

**Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de**

**Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de janeiro a 30 de abril de 2015, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2015 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 24-11-2014, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JUNHO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

334 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas. Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

A Inf. 20/2015 de 23 de fevereiro que apresenta proposta de programação para junho de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 24 de fevereiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de junho na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

JUNHO	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	PREÇO DO BILHETE PROPOSTO C/ IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR
14	Dança e Música (infantil)	ORFEÃO DE LEIRIA	750€ + IVA	5€
20	Música	BEST YOUTH	2200€ + IVA	8€
27	Música	CATRAIA	770€ + IVA	8€

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de junho que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **17 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO COMBOIO DE LATA**

335 - Presente informação interna I/601/2015, datada de 07/05/2015, e pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela Associação Amigos do Comboio de Lata, datado de 22 de abril de 2015. As visitas serão realizadas no âmbito do evento “Marinha a tempo e horas”, e encontram-se agendadas para os dias 23 e 24 de maio de 2015.

Considerando que:

- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *“(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de constituição da associação no Cartório Notarial da Marinha Grande, publicado no Portal da Justiça a 21 de março de 2014, no qual se pode ler no artigo 1.º *“A associação, sem fins lucrativos, adopta a denominação Comboio de Lata (...)”* e ainda no artigo 2.º *“A associação tem como fim a promoção e fruição cultural, bem como, o desporto, o lazer e a intervenção cívica e social”*.

- A associação tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da Associação Amigos do Comboio de Lata.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, conceder entradas gratuitas a todos os visitantes do Museu do Vidro nos dias 23 e 24 de maio de 2015, conforme solicitado pela Associação Amigos do Comboio de Lata no âmbito do evento “Marinha a tempo e horas”.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR, BEM COMO DOS SEUS RENDIMENTOS**

336 - Presente informação n.º 543 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 27 de abril de 2015, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração na composição do agregado familiar, bem como nos seus rendimentos;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando, por fim que, dos cálculos efetuados resulta que, se terá de aplicar o constante no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Rosa Manuela Ferreira Martins, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

### **ATUALIZAÇÃO FASEADA**

#### **Praceta da Liberdade**

MORADOR	BLOCO	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Rosa Martins	Bloco 3	R/C Dto.	18/08/2004	4,85€	14,27€	23,70€	33,12€

**Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de julho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **19 - REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**

337 - Presente informação jurídica datada de 12-05-2014, em que é referido que a Câmara Municipal devia ter procedido, antes de ter ordenado, em 02-04-2015, a demolição do edifício sito na Rua da Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade da Sociedade União de Albergaria (SUA), à realização da vistoria, prevista no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

Presente “Relatório pericial de análise às condições do edifício da sede da Sociedade União de Albergaria - Marinha Grande”, apresentado pela dita sociedade em 09-02-2015, com registos de entrada n.ºs 1421/2015 e 244/15.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida informação, e concordando com a mesma, delibera, atendendo às diversas patologias construtivas e estruturais, descritas no relatório pericial, efetuado ao edifício propriedade da Sociedade União de Albergaria (SUA), sito na Rua de Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado, pela dita associação, em 9-02-2015, registado sob os n.ºs 1421/2015 e 244/15, o seguinte:**

**- Determinar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação da Lei n.º 26/2010, a realização de vistoria ao edifício acima identificado, no dia 03-06-2015, pelas 10h00, que permita identificar as suas condições de segurança e salubridade;**

**- Nomear, ao abrigo da norma citada, como membros efetivos da comissão de vistoria o Engenheiro Rui Vicente, Arquiteto Alexandre Fava e Fiscal Tomé Braz, como membros suplentes Engenheira Cristina Silva, Arquiteto Ricardo Santos e Fiscal Carlos Duarte;**



- Notificar, nos termos do n.º 2 do mencionado artigo 90.º, a dita associação, da presente deliberação e informá-la, que até à véspera da vistoria pode, de acordo com o n.º 3, do mesmo artigo, indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados;

- Determinar que, em conformidade com a lei, o auto de vistoria identifique o estado de conservação do imóvel - apurado através da determinação do nível de conservação do mesmo, de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e na respetiva regulamentação - as obras preconizadas, bem como as respostas aos quesitos formulados pela referida associação.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - REFORMULAÇÃO DOS PONTOS 2.3 E 2.4 DA DELIBERAÇÃO N.º 253 DE 16-04-2015 - VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**

338 - Presente processo de licenciamento de construção de uma unidade industrial e muros de vedação, com o n.º 32/15, sitos na Área Industrial da Marinha Pequena, cuja titular é a sociedade Vangest – Engenharia Financeira e Gestão, S.A., com sede na Rua de Leiria, n.º 210, lugar de Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

- Considerando que na sua deliberação n.º 253, de 16-04-2015, que aprovou o projeto de arquitetura referente a uma unidade industrial e muros de vedação, sitos na Área Industrial da Marinha Pequena, da freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Vangest – Engenharia Financeira e Gestão, S.A., a Câmara Municipal exigiu, no ponto 2.3. da mesma, o pagamento de compensação relativa à execução de rede de esgotos pluviais, necessária ao correto saneamento da área envolvente ao prédio, num total de 1.830,50 euros (mil oitocentos e trinta euros e cinquenta cêntimos);

- Considerando que o valor em causa resulta de cálculos efetuados de acordo com o artigo 123.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande;

- Considerando que a deliberação em causa carece, no que diz respeito a esse ponto, de fundamentação legal;

Considerando que no ponto 4.4 dessa mesma deliberação não ficou estipulado o montante da compensação a pagar pela interessada, ao Município, nem a sua fundamentação legal;

**A Câmara Municipal delibera reformular o conteúdo dos mencionados pontos introduzindo-lhes a necessária fundamentação legal, passando os mesmos a terem o seguinte teor:**

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

**“2.3. - Pagamento, nos termos dos artigos 122.º n.º 1 e 123.º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), da taxa de urbanização correspondente à execução da rede de esgotos pluviais, necessária ao correto saneamento da área envolvente ao prédio, num total de 1.830,49 euros (mil oitocentos e trinta euros e quarenta e nove centavos), nos termos estabelecidos na deliberação de Câmara datada de 11/12/2014, exarada no âmbito do pedido de informação prévia, apresentado pela empresa requerente, relativa à viabilidade de construção da unidade industrial, cujo cálculo e respetiva fundamentação, constante de documento que se anexa (Anexo 2), passam a fazer parte integrante da presente deliberação. “**

“4.4. - Tratando-se de um edifício destinado a indústria com uma área de construção superior a 1.000,00 m<sup>2</sup>, o mesmo integra-se no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, estabelecidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 24º do RMEUMMG, pelo que se encontra abrangido pela obrigatoriedade, estabelecida no n.º 5 do artigo 44º do RJUE, de garantir a cedência de 1.548,27 m<sup>2</sup> de terreno para equipamento e espaços verdes sendo que, no presente caso, não se justificando a existência de cedências para esse fim, por se situar numa área predominantemente vocacionada à instalação de unidades industriais, é devida a compensação, nos termos do artigo 127º do RMEUMMG, pela não cedência desse terreno, no valor de 22.189,14 € (vinte e dois mil cento e oitenta e nove euros e catorze cêntimos) cujo cálculo e fundamentação constam de documento que se anexa (Anexo 2) e passam a fazer parte integrante da presente deliberação.”

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

## 21 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia doze de maio de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.831.853,35 €** (cinco milhões, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
13/05/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

339 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 11:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião